

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, UFMA, CAMPUS DE CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

TAMIRES NERIS PITTA COSTA

O IMAGINÁRIO DE VIOLÊNCIA E MEDO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO
TROCA-TROCA DE CODÓ-MA

CODÓ-MA
JULHO/2018

TAMIRES NERIS PITTA COSTA

O IMAGINÁRIO DE VIOLÊNCIA E MEDO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO
TROCA-TROCA DE CODÓ-MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título de graduada em Licenciatura em Ciências Humanas-História.

Orientador: Prof. Dr. Alex de Sousa Lima

CODÓ-MA
JULHO/2018

COSTA, Tamires Neris Pitta.

O imaginário de violência e medo na construção do território do Troca-Troca de Codó-MA / Tamires Neris Pitta COSTA. - 2018.

51 f.

Orientador(a): Dr. Alex de Sousa Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Medo. 2. Território. 3. Troca-Troca. 4. Violência. I. Lima, Dr. Alex de Sousa. II. Título.

TAMIRES NERIS PITTA COSTA

O IMAGINÁRIO DE VIOLÊNCIA E MEDO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DO
TROCA-TROCA DE CODÓ-MA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título de graduada em Licenciatura em Ciências Humanas-História.

Codó-MA, ____/____/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alex de Sousa Lima (orientador)

Profa. Dra. Jascira da Silva Lima (avaliadora 1)

Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva (avaliador 2)

À minha mãe Leila Maria Neris dos Santos e
ao meu esposo Clerivaldo Costa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar à Deus, que me sustentou do início ao fim do curso, e não me deixou desistir quando tudo parecia não ter mais sentido. À Ele a honra, a glória e o louvor.

Ao meu esposo Clerivaldo Costa, presente e instrumento de Deus na minha vida. Obrigada por me encorajar a não parar de lutar todos os dias. Obrigada por acreditar em mim, até mais do que eu mesma. Obrigada por enxugar as minhas lágrimas.

À minha mãe Leila Maria Neris dos Santos, por sempre me incentivar em meus estudos. O sonho que agora se aproxima cada dia mais da realidade não é só meu, também é seu. Obrigada por sonhar comigo. Obrigada por lutar para que um dia eu pudesse chegar até onde cheguei.

Agradeço ao meu orientador, professor Alex de Sousa Lima, primeiramente por me aceitar como sua orientanda, no momento em que eu mais precisei de um direcionamento na caminhada acadêmica. Obrigada pela paciência, por me ouvir e pelos conselhos nos momentos de desânimo. Agradeço pelo companheirismo de acompanhar cada detalhe desse trabalho.

Aos irmãos da Renovação Carismática Católica, por todo apoio e compreensão, em especial nos momentos em que precisei me ausentar por conta dos compromissos acadêmicos. Ainda nesse contexto, agradeço ao Ministério Universidades Renovadas, que é um marco na minha vida, que me ensinou a sonhar e onde vivenciei experiências não só espirituais, mas acadêmicas, pois acredito, assim como São João Paulo II, que a fé e a razão são como duas asas que nos levam ao céu.

Aos professores que foram essenciais nessa jornada de descoberta do conhecimento. De modo muito especial agradeço aos professores Alex de Sousa Lima, Liliane Faria Corrêa Pinto, Edyene Moraes dos Santos Lima, Fabiana Pereira Correia, Maria do Socorro Gonçalves da Costa, José Carlos Aragão Silva, Jascira da Silva Lima, Gabriela Melo, Anne Caroline Nava Lopes e Suly Rose Pereira Pinheiro. Tenham a certeza de que vocês marcaram a minha história.

Agradeço ao PIBID/CAPES, que me deu a oportunidade de colocar em prática o que aprendi em sala de aula. Me possibilitou uma rica experiência de estar em contato direto com o ambiente escolar e me moldou neste início de carreira docente.

Por fim, agradeço à todos que diretamente e indiretamente contribuíram para a conclusão desta etapa da minha formação.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.
(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar e compreender a dinâmica territorial da localidade *Troca-Troca* na cidade de Codó-MA. Território esse no qual fora construído o imaginário do medo na população que reside em seu entorno ao longo dos anos, pois esta localidade abriga também a *Cracolândia*. O objetivo geral do trabalho foi o de analisar a área conhecida por Troca-Troca, na cidade de Codó-MA, sob a perspectiva dos conceitos de medo, violência e território. A análise se deu por meio dos dados obtidos de entrevista semiaberta com os moradores e comerciantes da localidade sob o prisma dos conceitos de medo (Bauman, 2007), violência (Almeida, 2010) e território (Haesbaert, 2007). Os resultados apontam para um reforço ao imaginário de território de medo naquela localidade, pois muitos moradores atestam terem sido assaltados em diversos horários, além de se sentirem desprotegidos por não haver reforço policial na área. Um dos entrevistados teve o seu estabelecimento invadido trinta e quatro vezes. Conclui-se que construção do imaginário de violência e medo não é concebida por simples especulações, mas sim por fatos reais de violência diária. Portanto o território se caracteriza como território de medo e de violência.

Palavras - chave: Medo; Violência; Território; Troca-Troca.

ABSTRACT

The present work aims to identify and understand the territorial dynamics of the local Troca-troca in the city of Codó-MA. Territory in which the imaginary of fear was built in the population that resides in its surroundings over the years, since this locality shelters the Cracolândia. The general objective of the study was to analyze the area known as Troca-Troca, in the city of Codó-MA, under the perspective of the concepts of fear, violence and territory. The analysis was based on the data obtained from a semi-open interview with local residents and merchants from the perspective of fear (Bauman, 2007), violence (Almeida, 2010) and territory (Haesbaert, 2007). The results point to a reinforcement of the imaginary territory of fear in that locality, since many residents attest to having been assaulted at different times, in addition to feeling unprotected because there is no police reinforcement in the area. One of the interviewees had his establishment invaded thirty-four times. It is concluded that the construction of the imaginary of violence and fear is not conceived by simple speculations, but by real facts of daily violence. Therefore, the territory is characterized as a territory of fear and violence.

Key - words: Fear; Violence; Territory; Troca-Troca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização do <i>Troca-Troca</i> e adjacências	37
Figura 02: Vista da localidade do <i>Troca-Troca</i>	38
Figura 03: Residências protegidas com grades de ferro para evitar os riscos de arrombamentos e assaltos	41
Figura 04: Vista dos barracos	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Bases conceituais para a discussão de medo, violência e território	17
Quadro 02: Tipologias dos territórios sob diversos olhares.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela a 01: Características dos entrevistados conforme o tempo que reside no local	39
Tabela 02: Resposta à pergunta “Você já presenciou ou ficou sabendo de alguém que tenha sido assaltado?”	40
Tabela 03: Percepção da segurança pública na localidade	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	15
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS-----	17
2.1. Pesquisa Bibliográfica-----	17
2.2. Pesquisa de campo -----	17
3. MEDO, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO -----	19
3.1. Medo como categoria de análise-----	19
3.2. O que é violência? -----	23
3.3. Território e territorialidade-----	28
4. TIPOLOGIAS DO TERRITÓRIO -----	33
5. A ÁREA DO TROCA-TROCA DA CIDADE DE CODÓ: território do medo?----	37
6. CONCLUSÃO -----	46
REFERÊNCIAS -----	48
APÊNDICE A – Questionário aplicado para coleta de dados no <i>Troca-Troca</i> de Codó-MA -----	51

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros passos desse trabalho foram desenvolvidos a partir da disciplina de “Teoria do Conhecimento e Filosofia das Ciências”, onde fora lançada a proposta de construir um artigo baseado em uma das quatro áreas que o curso de Ciências Humanas-História abrange. O artigo elaborado versou sobre a temática do medo e da fragilidade das relações na sociedade pós-moderna. Após, meses de diálogo com o professor Dr. Alex Lima, docente da Universidade Federal do Maranhão, campus Codó, e até a apresentação do artigo em evento científico, chegou-se ao amadurecimento do tema, que não abandonaria as abordagens do medo e da violência, mas acrescentaria junto à elas a discussão sobre território.

Dentro desse contexto alia-se o fato de nos depararmos, todos os dias, com inúmeras notícias sobre violência veiculadas nos meios de comunicação. A violência tem feito parte da vida humana de modo exacerbado, bem como o medo que é alimentado também por esses veículos. O medo passa a fazer parte das relações cotidianas, e a autoproteção é necessária. Essa proteção buscada pelos homens resulta na construção de casas com muros altos, com segurança eletrônica, alimentando ainda mais o medo. Tudo para se proteger e tentar proteger aqueles que são mais próximos, gerando a imagem de um mundo cada vez mais assustador.

A violência comumente é apresentada em uma visão limitada e preconceituosa, quase sempre ligada à criminalidade das camadas mais pobres da sociedade. Porém é importante salientar que ela pode ser expressa de outras formas, como por exemplo, a racial, no trânsito e a de gênero.

Cabe a partir disso uma discussão sobre tais temáticas que nessa perspectiva se entrelaçam, em uma realidade muito próxima de cada indivíduo, até mesmo pela pouca probabilidade de haver alguma sociedade no mundo que esteja livre da ameaça da violência e do medo.

O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar a área conhecida por Troca-Troca, na cidade de Codó-MA, sob a perspectiva dos conceitos de medo, violência e território. Para tanto os seguintes objetivos específicos foram atingidos: conhecer o Troca-Troca da cidade de Codó-MA e suas dinâmicas; entender os motivos que tornaram a área do Troca-Troca um território de medo.

O primeiro capítulo aborda primeiramente o medo, levando em consideração o seu desenvolvimento na história da humanidade e o papel da mídia atual, que insiste em nos bombardear com notícias assustadoras de casos violentos. Em seguida será exposta uma breve análise sobre a violência e suas características. E, posteriormente, os conceitos de território e territorialidade, considerando o primeiro não apenas como espaço de governança, mas valendo-se da diversidade territorial.

No segundo capítulo serão apresentadas as tipologias dos territórios, não com o objetivo de limitar a nossa análise, mas ao contrário, de ampliar o entendimento dos territórios, para assim compreender o objeto de estudo.

No terceiro e último capítulo, encontra-se a análise do *Troca-Troca* na cidade de Codó-MA, onde se localiza também a *Cracolândia*, conhecido popularmente como um território que causa insegurança nas pessoas. A análise será interdisciplinar. Valendo-se do conceito geográfico de território, iremos identificá-lo em sua estrutura física, e assim classificá-lo. Seguindo em uma perspectiva histórica, quando chegaram ali? A partir de que período aquele território passou a ser relacionado com o medo no imaginário da sociedade codoense? Diante disso qual a relação do troca-troca com relatos de violência dos moradores e comerciantes da localidade? Será que condizem com a insegurança de transitar pelo lugar durante o dia e à noite? Nesse sentido será possível (não de forma inquestionável) reafirmar ou desmistificar a imagem negativa sobre ele criada historicamente.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa está dividida em duas etapas. A primeira se dá pela construção do referencial teórico, com base em livros, artigos científicos e demais obras. A segunda está relacionada à pesquisa de campo, com a coleta de dados e informações sobre o objeto de estudo, assim como por meio da observação da área estudada.

2.1. Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica valeu-se da contribuição de autores que versaram sobre os seguintes temas: medo, violência e território. O quadro 01 abaixo destaca a contribuição de cada um:

Quadro 01: Bases conceituais para a discussão de medo, violência e território.

Autores	Descrição sucinta das abordagens
01 – Medo	
Bauman (2007)	O medo na sociedade pós-moderna; necessidade da autoproteção.
02 – Violência	
Almeida (2010)	Legislação não colocada em prática; desejo de realizar justiça sem o amparo da lei.
Minayo (2006)	Consequências físicas e psicológicas da violência.
03 – Território	
Perico (2009)	Afirmação territorial (territorialidade).
Haesbaert (2007)	Apropriação simbólica do espaço geográfico.

Fonte: organizado pela autora (2018).

2.2. Pesquisa de campo

A pesquisa de campo pautou-se na aplicação de 20 questionários para os moradores e comerciantes de diversos segmentos do “Troca-troca”, em Codó-MA. Os dados dos questionários serão melhor apresentados nos resultados da pesquisa, no capítulo 5. A pesquisa de campo foi realizada no período de 02/02/2018 a

05/02/2018, no turno matutino, onde foi possível entrar em contato com o objeto do estudo e a partir de então desenvolver a análise sobre o mesmo. As entrevistas continham estrutura semiaberta (apêndice A), para que assim, pudesse ser extraído o máximo de informações dos indivíduos.

Além de entrevistas, contou-se com os registros fotográficos durante os trabalhos de campo. As mesmas também são essenciais para a análise e facilitam a leitura e a compreensão da localidade. Os dados foram tabulados no *software Excel* 2010 para a formatação das tabelas. A figura de localização foi produzida no ambiente do *software ArcGis10* por meio da base de dados georreferenciados do IBGE (S/D) e de imagem de satélite *WorldView* do ano de 2013, pois esta apresenta tratamento de imagem.

3. MEDO, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO

Os tópicos que seguem neste capítulo destacam os conceitos de medo, violência e território. O conceito de medo é abordado partindo, brevemente, de sua construção histórica na humanidade, seguindo da discussão do mesmo na sociedade atual, considerada frágil e alienada pelas mídias. A violência é apresentada aqui como uma realidade, porém esclarecendo suas múltiplas manifestações na sociedade para assim chegar na abordagem sobre o crime. Já o território é abordado como parte essencial das relações sociais, esclarecendo a importância da apropriação simbólica e do conceito de territorialidade.

3.1. Medo como categoria de análise

Na atualidade são muitos os problemas que assolam a sociedade de modo geral: as crises financeiras, as crises políticas, a fome, o desemprego, entre outros. Porém há uma problemática que afeta o ser humano, seja ele residente da zona urbana ou rural, seja longe ou perto de casa, sozinho ou acompanhado. Trata-se do medo. A discussão a seguir não considerará o medo como mero sentimento ou emoção, mas decorrerá pelo viés de explicação do seu contexto social e histórico.

Segundo Santos (2003) o medo é uma reação biológica comum do ser humano, uma emoção que advém do fato de o indivíduo se sentir ameaçado diante de alguma situação de perigo. Mas, para a autora o conceito de medo vai além desse que comumente o engessa como uma reação emocional, pois ele é socialmente construído em nós e varia de acordo com o tempo histórico que estamos vivenciando e a cultura na qual estamos inseridos.

Em cada período da história o medo é encarado de forma peculiar pelos seres humanos. Na Antiguidade, por exemplo, Santos (2003, p. 51) destaca que “*Os gregos divinizaram Deimos (o temor) e Phóbos (o medo), e tentavam entrar em harmonia com esses deuses em tempos de guerra.*” Para a autora, a principal característica do medo residia no relacionamento dos humanos com os deuses, que se acreditava que estes poderiam puni-los pelos seus erros. Dessa forma, eram

feitas oferendas com a finalidade de agradar as divindades e atrair a atenção dessas para os inimigos. A autora destaca que essa noção de medo parte do externo, não apenas uma experiência subjetiva, mas que está para além do sentimento individual.

É na Idade Média que o medo passa ser entendido como uma questão individual, internalizado ao indivíduo. Segundo Santos (2003) essa visão vem por meio da doutrina da Igreja Católica com as ideias do céu, pecado e inferno. O indivíduo passa a internalizar essas ideias e vigiar suas ações em torno delas. Havia ali não só o medo de para onde iria após a morte, mas o medo de ser usado como instrumento diabólico e, além disso, o medo de cair no julgamento da Inquisição.

Assim, o medo vai se tornando uma experiência cada vez mais interiorizada, mesmo que aliada aos fatores externos. Sobre essas mudanças, Bitencourt (2013, p, 48) afirma que “(...) assim como ocorreram muitas transformações na esfera das relações sociais, a emoção medo também vem passando por transformações, até mesmo a própria concepção relacionada ao medo (...)”. Dessa forma, na contemporaneidade, o medo se configura cada vez mais como individual, o que para Santos (2003) isso se deve prioritariamente pelo afrouxamento das relações entre os indivíduos e pela estrutura social contemporânea. Como exemplo prático, a autora declara que:

O afrouxamento da autoridade patriarcal e de seus derivados nas diversas esferas da vida não deu lugar à fraterna união dos iguais, porém a um universo de desorientação e de insegurança cujos sinais estão por toda parte (SANTOS, 2003, p. 52).

Há, portanto, uma insegurança que paira sobre a vida de cada indivíduo, fruto dos tempos líquidos¹, como afirma Bauman (2007), que a sociedade contemporânea vivencia. Cria-se então o imaginário do medo, seguido da autoproteção. Medo esse que é denominado pelo sociólogo como “derivado”, pois não consiste em haver um perigo concreto, mas o fato de estar suscetível a ele já gera a insegurança. Entende-se que, no geral, essa insegurança é característica de situações perigosas, relacionadas, em parte, à criminalidade, seja por circunstâncias envolvendo pessoas próximas ou pelo fato de conhecer vítimas de tais situações.

¹ Bauman (2007) utiliza essa expressão para caracterizar a sociedade contemporânea, onde nada é feito para durar, inclusive as relações humanas, que estão cada dia menos concretas, se assemelhando como um líquido a escorrer pelas nossas mãos.

O autor em questão destaca que o medo passa a fazer parte das relações cotidianas na sociedade líquida-moderna, e a autoproteção é necessária. Nesse sentido, essa proteção buscada pelos homens resulta na construção de casas com muros altos, com segurança eletrônica, alimentando ainda mais o medo. Tudo para se proteger e tentar proteger aqueles que são mais próximos, gerando a imagem de um mundo cada vez mais assustador. Bauman (2008) afirma que o medo passou a ser onipresente e pode simplesmente surgir de qualquer lugar, como por exemplo da natureza, com os fenômenos naturais, por vezes desastrosos para o ser humano; o medo das pessoas, dos relacionamentos, das decepções ou o medo de um acontecimento que ocorre do outro lado do país ou do mundo, mas que chega aos lares por meio das reportagens obscuras da televisão e da internet. Para Bauman (2008, p.13) “(...) a sociedade líquido-moderna é um dispositivo que tenta tornar a vida com medo uma coisa tolerável”. Desse modo, o medo, além de ser onipresente, se torna rotineiro, tão comum ao ser humano que este o aceita sem contestá-lo.

Ainda segundo o autor, um dos frutos do medo na sociedade líquida-moderna é a rapidez e a ansiedade em suprir os prazeres, pois a qualquer momento eles podem já não ser possíveis de serem realizados. Conforme realça o autor (2008):

Vivemos a crédito: nenhuma geração passada foi tão endividada quanto a nossa individual e coletivamente (...) Viver a crédito tem seus prazeres utilitários: por que retardar a satisfação? Por que esperar se você pode saborear as alegrias futuras aqui e agora? Reconhecidamente, o futuro está fora do nosso controle (...) Parece ser essa a atração latente da vida a crédito, cujo benefício manifesto, a se acreditar nos comerciais, é puramente utilitário: proporcionar prazer (BAUMAN, 2008, p. 16).

Essa sensação de perda instantânea gera o que o sociólogo chama de ‘*medo derivado*’, que é uma espécie de prevenção para que a tragédia não aconteça, mas que, na verdade, dá início ao sentimento de insegurança.

Segundo Packter (2013) existe uma indústria que se aproveita dos sentimentos de medo e insegurança. Esse tipo de indústria abarca setores como saúde e educação. O primeiro, em especial, investe na propagação de medicamentos que podem livrar o indivíduo do mal que o assola. E essa insegurança é alimentada ainda pelos veículos de comunicação, que todos os dias entram nas casas dos cidadãos com notícias de violência, desastres ecológicos, acidentes de trânsito, entre outros. E são esses mesmos veículos que oferecem os

produtos para que os indivíduos se sintam protegidos, seja individual ou coletivamente, criando uma espécie de armadilha a qual o cidadão está preso, mesmo sem perceber.

Nesse contexto, o setor automobilístico se empenha em produzir carros cada vez mais “seguros”, o setor tecnológico lucra com a fabricação de equipamentos eletrônicos de segurança, empresas de vigilância privada estão crescendo, assim como os planos de saúde e toda uma rede de terceirização, tentando garantir o que é obrigação do Estado já que o mesmo não tem cumprido seu papel com eficácia. A política também se aproveita do medo, prometendo em suas propagandas eleitorais mais segurança para as famílias e a erradicação da corrupção. A consequência é uma sociedade cristalizada nesse modelo e insegura, onde os indivíduos vivem de forma predatória, tentando garantir sua sobrevivência se apegando àquilo e àqueles que lhes possam ser úteis, ao menos por algum tempo.

Diante dessas reflexões, Packter (2013, p. 74) faz o seguinte questionamento *“Por que o medo sobreviveu?”*. A resposta está na sua necessidade. Diante das ameaças infligidas a si o gênero humano vem perpetuando, por vezes de modo exagerado, a existência do medo. Desta forma, o medo passou a sobreviver não por si mesmo, mas devido aos modos de utilização que fizeram dele (PACKTER, 2013).

Ainda conforme esse autor o medo pode ser visto e utilizado como algo positivo, desde que esteja ligado à realidade de algum fato, como por exemplo, uma situação de perigo, uma possibilidade de acidente ou uma ameaça fundamentada. Nessas situações ele se torna importante para que se busque uma saída. E sobre essa busca da saída por meio do medo Bauman (2008, p.24) declara: *“(…) para evitar a catástrofe, primeiro é preciso acreditar na sua possibilidade. (...) nenhuma catástrofe fere tanto quanto as que são vistas como uma probabilidade irrelevante”*. O medo tem fundamento, pois a qualquer momento podemos sim ser atingidos por alguma tragédia, mas é necessário acreditar na possibilidade da mesma para poder se defender (BAUMAN, 2008).

Sob o ponto de vista positivo em relação ao medo, Bitencourt (2013) destaca que:

O medo, tratado aqui como uma emoção humana, que obviamente sempre existiu e, em certa proporção, é considerado normal, pode

ser benéfico, à medida que nos mantém sob controle e garante que ajamos com certa restrição, evitando situações de risco à própria vida, mantendo, assim, a autopreservação individual ou da espécie (BITENCOURT, 2013, p. 47).

Em seu trabalho, além de expor as características do medo e o ver em algum momento como algo que seja benéfico, Bitencourt (2013) analisa reportagens que divulgavam a violência, resultando na criação de um imaginário do medo na mente das pessoas. Com isso, cria-se, segundo o autor, o “medo do crime”, visto como um fenômeno social, já que assim foi construído, com o suporte quase que exclusivo das mídias, em especial a televisiva e a escrita.

Esse imaginário se consolida na história de cada indivíduo, pois desde crianças somos influenciados pelo medo que nossos pais transmitem com o objetivo de nos proteger do mal que está do outro lado do muro. A esse medo exacerbado Costa (2008, p. 20) destaca que *“se o medo (...) se torna crônico, afeta a nossa saúde, a nossa capacidade de desenvolvimento e crescimento PESSOAL, a nossa relação COM OS OUTROS (...)”*. Diante do exposto, fazem-se as seguintes reflexões: vive-se em uma sociedade paralisada pelo medo, sobretudo o medo do crime? Vale a pena a autoproteção exagerada? Esse medo é fundamentado no imaginário ou em uma realidade concreta? Ou devemos concordar com Arendt (1985) que, ao analisar a sociedade contemporânea, afirma que devido a insegurança e a violência essa geração se acostumou a pensar na hipótese de não existir o amanhã? Desse modo, o futuro não nos traz nenhuma certeza, segundo a autora, a não ser a morte.

A seguir discutiremos alguns aspectos sobre a violência que se passa concreta e diariamente pela vida social e individual, a fim de auxiliar na resposta dos questionamentos acima.

3.2. O que é violência?

A violência é um dos grandes males que assolam a sociedade atual. Ninguém está totalmente livre dela, mesmo que indiretamente ou simbolicamente, pois segundo Minayo (2006), a violência abrange todas as classes e os segmentos

sociais e ela não se manifesta somente por agressão física ou acidentes. Desse modo, antes de se trabalhar com violência é importante refletir sobre o seu conceito, e as mais variadas formas pela qual se manifesta na sociedade. A seguir serão apresentadas duas formas diferentes de conceituar e classificar a violência.

A primeira versa sobre a compreensão de Minayo (2006), que associa a violência com questão de saúde pública. Conforme a autora *“para compreender e enfrentar a violência devemos localizar a sua discussão no conjunto de problemas que relacionam saúde, condições, situação e estilo de vida”* (MINAYO, 2006, p. 21). A autora entende que a violência afeta diretamente a saúde dos indivíduos, pois provoca mortes e lesões, problemas psicológicos e espirituais e altera a qualidade de vida. A autora destaca os tipos de violência mais frequentes nos dias de hoje: violência criminal, estrutural, institucional, intrafamiliar, auto infligida, cultural, de gênero, racial e contra deficientes. Também chama a atenção para tipos de violência que persistem no decorrer do tempo, em várias sociedades, como a violência de gênero, a discriminação racial e religiosa. São chamadas de violências culturais (MINAYO, 2006).

Tais atos passaram a ser tratados de forma natural pelos indivíduos. Minayo (2006, p. 24) afirma que *“para mudar essa naturalização da violência é preciso atuar, intervir e, inclusive, denunciar e punir quando for o caso.”* Destaca exemplos de conquistas como as dos movimentos feminista, negro e homossexuais para demonstrar que há uma saída para acabar com a violência cultural.

A segunda forma é destacada pelos autores Ristum & Bastos (2004) que citam Costa (1986) e Figueiredo (1998), em trabalho baseado em Freud, afirmando que o homem já nasce com instinto agressivo. Almeida (2010) também aborda essa visão no início de seu trabalho *“A violência na sociedade contemporânea”*. A psicanalista diz que a personalidade de cada pessoa é moldada primeiramente por sua herança genética. Todos esses autores concordam, porém, que o comportamento violento do homem também é modelado histórico, social e culturalmente. Para Ristum & Bastos (2004) a violência trata-se de um fenômeno altamente complexo, pois seu conceito possui vários significados, o que dificulta uma definição fechada.

Ao tratar sobre violência, uma das suas manifestações mais marcantes, porém não única, vem logo ao pensamento: a violência criminal, que será a mais abordada neste trabalho. Todavia antes de prosseguir é necessário compreender que a violência está presente na vida social através das estruturas, nas relações políticas de maneira persistente e por vezes silenciosa. Para Minayo (2006, p. 24) “*É uma falsa ideia achar que os pobres são mais violentos. Pobreza não é sinônimo de violência*”. Portanto analisar o conceito de violência é um processo de reconstrução do que se conhece a partir do imaginário popular, que associa atos violentos à criminalidade daqueles que estão à margem da sociedade. Aqui trazemos novamente a imagem da mídia, especialmente a televisiva, como a maior reprodutora da violência ligada fortemente à criminalidade. Como declara Levisky (2010):

Os reflexos da interferência da mídia como geradora de violência afetam as ressignificações de valores, pontos de referência em torno do qual sujeito e sociedade se organizam e se equilibram. O real imita a ficção e a ficção, de fantasia se torna um ideal a ser concretizado (LEVISKY, 2010, p. 12).

Assim, parte da mídia que deveria ter como objetivo propagar a paz e a justiça acaba por fazer o contrário. As ideias de ficção e realidade se misturam no imaginário da população que acaba por achar e permitir que a primeira se concretize na segunda.

Acima de qualquer visão preconceituosa, o importante é antes de tudo analisar o porquê das camadas mais pobres da sociedade estarem ligadas à imagem da violência e do medo. Para Levisky (2010, p. 11) “*Há um tipo de violência social que gera o excluído e que dele quer se afastar e se isentar de responsabilidades atribuindo-lhe a condição de objeto pernicioso*”. Por que há mais investimentos do Estado em presídios do que em escolas? E por falar em presídios, por que não há um trabalho concreto de ressocialização? Por que não temos uma educação de qualidade nas zonas periféricas? Tantas perguntas e uma certeza: a violência social pode, em muitos casos, ser mais cruel que a violência física.

Sobre essa visão da violência, Morin (2010) usa o termo “a louca violência” para apontar que antes de se concretizar na sociedade, a violência começa com as ideologias, em especial a da resistência/libertação, do messianismo e até mesmo do Estado totalitário, sendo estas algumas formas para justificá-la. Essa “violência

tornada louca” acaba por afetar a todos, a partir do momento em que se materializa, como por exemplo, a criminalidade urbana, as guerras e o terrorismo.

Alguns dados confirmam que a violência urbana, principalmente a ligada ao crime (independentemente de classe social), tem crescido ao longo dos anos. Conforme Waiselfisz (2014), os dados emitidos pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), entre os anos 1980 e 2012, apontam as causas de mortes violentas no Brasil, sendo que: mais de 1,2 milhão de pessoas (em sua maioria negras) foram vítimas de homicídios, 1.041.335 vítimas de acidentes de transporte e mais de 216 mil suicidaram-se. As três causas juntas somam mais de 2,45 milhões de vítimas.

Esses dados podem confirmar o assombro porque passam os indivíduos a cada dia. Os homicídios estão cada vez mais comuns, e por motivos banais. Eles são o combustível de telejornais que passam horas anunciando-os sem esgotar as notícias. O trânsito se torna caótico e sem controle mesmo que se pensem medidas para amenizar as consequências disso, os investimentos parecem insuficientes ou não concretizados, além da imprudência dos motoristas resultando em graves mortes.

Percebeu-se uma queda no número de homicídios entre os anos de 2003 e 2004 por conta de políticas de desarmamento e combate à violência, mas voltaram a subir nos anos seguintes (WASELFISZ, 2014). A violência é real, os dados comprovam e ela está por todos os lados gerando mais estatísticas. Entende-se que isso pode ser compreendido como o resultado da ação humana e transformadora das ações humanas, alimentando o imaginário e conduzindo à criação de novos instrumentos de intervenção na vida de todos.

Almeida (2010) expõe ainda alguns fatores que influenciam o comportamento violento na sociedade atual. Um deles é o desejo de realizar justiça com as próprias mãos, já que a legislação não é vivenciada na prática. Assim, a corrupção, a miséria, a impunidade de inúmeros crimes e o mau uso do dinheiro público são problemas sociais que causam revolta e resultam em violência. Ou seja, todo o contexto ao redor do ser humano modela-o enquanto indivíduo violento ou não. Entende-se ainda que a realidade das desigualdades sociais também podem impulsionar as pessoas à cometerem atos violentos e até mesmo adentrar no mundo do crime.

Há ainda outra análise oposta sobre a violência na sociedade. *A priori*, parece ser loucura concordar que a violência teria uma função prática na sociedade. Os autores aqui já citados apresentam-na como um fator predominantemente negativo para a sociedade, em todos os tempos e espaços. Mas Arendt (1985) realiza uma análise mais profunda sobre esse fenômeno social. Em sua obra “Da violência” (1985) afirma que a violência é parte da organização social, destacando que:

Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas, e à primeira vista é bastante surpreendente que a violência tão raramente tenha sido objeto de consideração (ARENDR, 1985, p. 7).

A autora faz essa análise diante da realidade das guerras que marcaram o século XX. Porém, historicamente a violência se destaca junto às mudanças sociais e políticas.

No conjunto das discussões políticas (que ajuda a entender, conseqüentemente, a realidade urbana) Arendt (1985) destaca que há uma estreita relação entre o poder e a violência. Ambos, porém, apesar de parecerem estar no mesmo patamar, não são a mesma coisa. Para a autora, a primeira diferença é: “*A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos.*” (1985, p. 26). A principal característica do poder é ser pertencente a um grupo, que age em comum acordo para um determinado fim, independentemente de se valer da força ou da violência. Já a violência, sua principal característica é a instrumentalização. Nesse sentido, entende que a violência entra em ação quando o poder entra em crise, como forma de retê-lo ou exterminá-lo. Sobre essa relação destaca ainda que:

A violência, é necessário lembrar, não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação (...) como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder, cedo descobrirão que se confrontam não com homens, mas sim por artefatos fabricados pelo homem, cuja desumanidade e força de destruição aumentam em proporção à distância a separar os inimigos. À violência sempre é dado destruir o poder (...). O que jamais poderá florescer da violência é o poder (ARENDR, 1985, p. 33).

Nesse sentido, a violência para a autora, além de ser instrumental e ter o significado oposto ao do poder, não é uma ação irracional, pois os indivíduos que a

praticam sabem de seu potencial e arquitetam, baseado em alguma ideologia, um plano a ser colocado em prática. Por esse motivo, Arendt (1985) discorda dos autores que veem a violência como fenômeno natural e biológico. A violência deve ser analisada como um fenômeno social, pois está inserida no desenvolvimento político do ser humano, que tem liberdade para agir e reinventar sua realidade.

Nos tópicos seguintes será dado destaque o modo como a violência, já enraizada na sociedade, afeta concretamente o cotidiano das pessoas, por meio dos territórios do medo, sejam eles idealizados ou comprovados. Antes, porém, se faz necessário compreender o conceito de território.

3.3. Território e territorialidade

Neste tópico serão apresentadas algumas discussões sobre o conceito de território e territorialidade, mas sem a pretensão de realizar um aprofundamento sobre todas as diversas concepções acerca destes. Nesse sentido, Corrêa (2002) destaca que a ação humana sobre a superfície da Terra produz o espaço geográfico e a apropriação de uma porção de espaço, mesmo que informalmente, gera um território. Desta forma, entende-se que para o autor a sociedade é capaz de produzir diversos territórios no espaço geográfico. É importante salientar, conforme Raffestin (1993), que espaço e território são conceitos diferentes. Para construir um território é necessário que haja primeiro o espaço. Segundo o autor, este funciona como uma matéria-prima até que um ator social revele uma intenção de se apropriar dele.

Para Raffestin (1993 p. 150), considerando a importância de estudar o conceito de território e as implicações disso, salienta que: *“É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.”* Ou seja, até mesmo as sociedades menos complexas estão inseridas na análise do conceito de território, visto que o mesmo é uma das bases necessárias para que ela se desenvolva. É relevante compreender o território como uma realidade próxima aos indivíduos. Santos (2007, p. 13) declara: *“(…) nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território.”* Assim, todos os seres

humanos estão intimamente ligados a pelo menos um espaço ao qual se sentem pertencentes.

Conforme Silva (2002, p. 16): “A *palavra território deriva do latim territorium, significando terra que pertence a alguém.*” Esse conceito surgiu inicialmente voltado ao Estado, que ao apropriar-se legalmente de um espaço o delimita e o controla. Sobre o primeiro conceito de território Ribeiro (2002) relata:

O conceito de território foi inicialmente elaborado por Ratzel (1844-1904) em sua obra “Antropogeografia” no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, na qual o autor estabelece, em suas análises, relação entre o Estado e o espaço, desenvolvendo a referida categoria analítica (RIBEIRO, 2002, p. 10).

Segundo Ribeiro (2002), Ratzel compreendia o território como a possessão de um determinado espaço por um grupo social visando sua subsistência. Com o passar dos anos, geógrafos compreenderam que o conceito de território nem sempre vem ligado ao Estado, mas também à identidade e apropriação de qualquer grupo social. Desse modo, o autor evidencia que o território pode ser identificado através das dimensões de domínio e afetividade para com o mesmo. Esse alargamento da visão sobre o conceito possibilitou a análise do que hoje é chamado de diversidade territorial, que será abordado no decorrer desse trabalho.

Santos (2007, p.13) afirma que o território é um espaço fundamental onde: “(...) *desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.*” Essa afirmação é importante para compreender que o conceito de território é mais complexo e amplo do que um simples espaço geográfico apropriado, mas carrega consigo uma carga de elementos especificamente humanos que se sobressaem à estrutura física.

Para Perico (2009, p. 34) “O *território, por ser uma construção histórica que incorpora diversas dimensões (ambiental, econômica, social, institucional e política) expressa identidade e caráter.*” Para ele o território traz consigo valores, signos e códigos desenvolvidos pelos seus atores sociais em um processo histórico. Sobre o simbolismo presente no desenvolvimento de um território, é importante esclarecer ainda que não se torna obrigatório o uso de meios legais para a apropriação de um espaço, pois ela também se dá de modo informal. Haesbaert (2007, p. 51) afirma

que: *“A força de sua carga simbólica é tamanha que o território é um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos”*. Desse modo, os indivíduos não apenas possuem um território, mas acima de tudo, pertencem à ele, em um espaço onde afloram aquilo o que o ser humano tem de precioso: a sua identidade.

Perico (2009) esclarece que os primeiros a conceituarem identidade foram G. F. W. Hegel, no século XVIII na Alemanha, e G. H. Mead, no século XIX nos Estados Unidos. O primeiro entendia que para unificar as cidades alemãs o Estado deveria ajustar o diferente e o igual. O segundo afirmava que para se consolidar, os Estados Unidos haveriam de se unir nos aspectos cultural, linguístico e religioso. Ou seja, as duas concepções de identidade visavam fortalecer características unas e excluir o que fosse diferente.

Na contemporaneidade, pensar identidade está na contramão dos conceitos citados acima, como expressa Perico (2009, p. 60): *“(...) o desenvolvimento da noção de identidade nas ciências sociais contemporâneas privilegia a multiplicidade, a diferença e o contraste”*. Desse modo, a identidade assume o papel de unir através das particularidades de cada indivíduo, bem como respeitar o grupo social que possui comportamentos diferentes daqueles considerados normais.

Além da noção de apropriação e identidade, o conceito de território também está ligado às relações de poder que nele se desenvolvem. Raffestin (1993) ao citar o conceito de poder em Foucault (1976), enfatiza que em todas as relações sociais há a presença de poder, ainda que mascarado. Entende-se que o poder não é um objeto o qual se pode possuir, mas sim um exercício que se coloca em prática.

No caso do território de um Estado, o Poder (nesse caso escrito com letra maiúscula por ser legitimado, segundo Raffestin) se manifesta de modo visível em forma de leis e: *“(...) por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”*. (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Segundo este autor o território é uma complexa construção de ‘malhas, nós e redes’, que são desenvolvidas com base nessa relação de poder.

Conforme Silva (2002, p. 20) *“O território está vinculado à luta de dominação e insubmissão que acabam por produzi-lo”*. O território é baseado na disputa de poder, mesmo que invisível, que é extremamente necessário para que ele exista e se consolide. É nesse sentido que se desenvolve o conceito de territorialidade, que o

autor salienta que tem como principal objetivo a manutenção e a defesa do território. Nesse contexto, a territorialidade passa ser a expressão do poder de um grupo sobre um espaço geográfico. Além disso, o autor aponta que:

A territorialidade pode ser entendida como estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas, por controle de área. Esta estratégia está intimamente ligada ao uso da terra (entendida como área geográfica) pelas pessoas, com a sua organização espacial e com o significado que o lugar tem para ela. (SILVA, 2002, p. 27).

Raffestin (1993, p. 158) reconhece que a territorialidade denota a multidimensionalidade do território vivido, pois: *“Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”*. Assim, as relações no território partem desse sistema onde os atores sociais modificam o meio natural, o social e a si mesmos.

A afirmação da territorialidade pode se dar de diversas formas, como pelas leis, pela cultura de determinado grupo social, pela violência física, pela proibição do uso da área, entre outros fatores. Segundo Silva (2002) é necessário que haja primeiramente a delimitação do espaço geográfico, ainda que simbolicamente e estabelecer o limite para assim compreender o que é meu e o que é do outro.

Nesse sentido, em Raffestin (1993, p. 166) nota-se que: *“Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia”*. Compreende-se que essa delimitação funciona de modo ambíguo: positivamente, por agregar um grupo e fortalecer sua identidade por meio da apropriação do espaço, e negativamente, por excluir, dividir e subjugar os indivíduos que não se encaixam na identidade do grupo.

Por ser uma estratégia, a territorialidade é eficiente e consciente, ou seja, os indivíduos possuem clareza de seus atos, o que se torna crucial para o controle não só da área apropriada como dos indivíduos. Perico (2009, p. 63) garante que a territorialidade *“(...) constitui expressão política da identidade do território (...) se manifesta nos valores, como o patriotismo, no amor a terra, na diferenciação, afirmação e na competência em relação a outros grupos ou territórios.”* Para este autor a delimitação e a maneira de comunicação também são estratégias eficazes para o controle do espaço apropriado.

Desse modo, Silva (2002) também esclarece que os grupos urbanos ao se apropriarem de certo espaço estão “(...) *delimitando fronteiras que vão definir suas posturas sociais tomadas no interior do espaço urbano*” (SILVA, 2002, p. 33). Como exemplo de territorialidade urbana o autor traz os exemplos dos guetos, dos *shoppings centers* e o território da prostituição. O primeiro e o último são marcados pela exclusão social de indivíduos que estão fora do padrão comportamental da maioria. Entende-se que essa exclusão se dá por meio da relação de poder, determinando o que é central e o que é marginal.

É nesse sentido que Pedon (2005) reflete sobre a dialética territorial urbana. Apesar de serem delimitados por características identitárias distintas, há territórios marcados pela pobreza que convivem com outros que são símbolos do capitalismo e do consumismo, como exemplos citados acima. Há territórios de prostituição que se desenvolvem ao lado de *shoppings centers*, entre outros.

Para Raffestin (1993, p. 190) “*Nota-se que é a relação de poder que fundamenta prioritariamente a situação de centralidade ou a situação de marginalidade*”. É justamente necessário assim, analisar também o contexto histórico e social no qual o território se desenvolveu. O autor assevera que:

Entretanto, não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. Há a parte interna da territorialidade, o núcleo denso, em certo sentido, e a parte externa (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Nesse sentido, entende-se que além da identidade e das relações de poder, o contexto social é um aspecto essencial na compreensão do território e da territorialidade. E é esse o fio condutor para o aprofundamento do próximo capítulo, onde serão tratadas as tipologias do território.

4. TIPOLOGIA DOS TERRITÓRIOS

O estudo sobre território não é tarefa fácil, visto que, como declara Ribeiro (2002), o espaço geográfico apropriado é complexo, pois tem um significado diferente para os diversos grupos sociais. Essa complexidade leva à existência de diferentes tipos de territórios que são moldados pelas relações entre os indivíduos.

Fernandes (2009) salienta que é preciso compreender as tipologias territoriais para realizar uma leitura da diversidade territorial. Para isso é necessário enxergar o território para além de um espaço de governança política. A princípio o autor esclarece que o conceito de território deve ser pensado em várias escalas, da municipal à internacional. Em relação à última Fernandes (ibid) desenvolve o conceito de *transterritórios*, entendendo que:

Transterritórios são conjuntos de territórios nacionais compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos *transterritórios*, além dos espaços de governança há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade (FERNANDES, 2009, p. 199).

Para o autor, ao compreender o território apenas como espaço de governança corre-se o risco de ignorar os diversos territórios existentes, que também trazem consigo relações de conflito e poder. O ponto central está em analisar e compreender que os territórios não são apenas espaços geográficos apropriados por intermédio da lei.

Desse modo Fernandes (2009, p. 201) denomina “*território apenas como espaço de governança como ‘território uno’ e a compreensão da tipologia como ‘território diverso’.*” É importante, porém esclarecer que tipologia dos territórios difere do conceito de multiterritorialidade, pois a segunda deriva da primeira.

O autor (2009) classifica os territórios em duas tipologias: material e imaterial. Isso não significa, porém, que esses dois tipos sejam completamente opostos entre si, pois um depende do outro para existir. Os territórios materiais são subdivididos em fixos e fluxos. Ribeiro (2002, p. 7) afirma que “*Uma dada porção do espaço pode ter significados variáveis ao longo do dia, da semana ou de outra periodicidade*”.

Considerando esse entendimento do autor, percebe-se que os territórios podem ser classificados como fixos, quando não há mudança de personagens sociais ao longo do dia ou semana, e fluxos, quando há essa movimentação referente a determinado horário do dia como, por exemplo, o território da prostituição urbana e o do tráfico de drogas ilícitas. Nesse caso, um mesmo espaço pode ser território apenas para certo grupo social, enquanto que para outro não exerça o mesmo significado.

Os territórios materiais, conforme expressa Fernandes (2009), podem ser espaços de governança pertencentes ao Estado, territórios privados referentes às propriedades particulares dos indivíduos ou relacionais, ligados à identidade cultural dos atores. Essa classificação não os distingue por completo, pois um necessita do outro para se desenvolver, como afirma o autor (ibid):

Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritórios. (FERNANDES, 2009, p. 206)

Assim, fica claro que as tipologias territoriais estão interligadas como uma rede. Um território do medo, por exemplo, se desenvolve a partir da existência de um espaço de governança (um estado ou uma cidade) e pode estar situado próximo a territórios privados.

Todavia, os territórios imateriais referem-se aos conflitos no campo científico e ideológico. Vinha (2013, p. 27) esclarece um exemplo prático dessa tipologia de território como sendo *“parte e expressão do pensamento geográfico, o conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais”*. Ou seja, territórios materiais e imateriais estão interligados. Assim como no primeiro, no segundo também há disputa e relações de poder.

Os territórios imateriais não estão relacionados simplesmente à produção científica, mas ao controle que essa produção exerce na sociedade. É responsável pelas ideologias que tais territórios materiais adotam e lutam para consolidar o espaço apropriado. Fernandes (2009, p. 211) afirma que *“A produção material não*

se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção material". Com isso entende-se que as relações existentes nos territórios materiais são primeiramente pensadas e organizadas nos territórios imateriais.

Há ainda outros autores que escrevem sobre as classificações territoriais, dentre eles, destaca-se Haesbaert (2003), que trabalha com três concepções de território: i) jurídico-político, onde o espaço é delimitado e controlado politicamente pelo Estado; ii) cultural, na qual valoriza a subjetividade e a identidade sociocultural dos indivíduos ao apropriarem o espaço; e, iii) economicista, que analisa as relações econômicas, bem como a luta das classes sociais e a relação do ser humano com o trabalho.

Considerando o exposto acima, cabe salientar que a definição dos tipos de territórios não significa limitar a sua existência, mas a possibilidade de analisar as diversidades territoriais. A partir dessa análise pode-se pensar, por exemplo no território da prostituição, que é caracterizado pela união de interesses em comum, assim como pelas relações de poder. Silva (2002) declara que a afirmação territorial desse grupo é marcada pela postura corporal e até mesmo pelo vestuário. Isso é essencial para delimitar o espaço e perceber quem está dentro e quem está fora dele. O território da prostituição também é marcado pela exclusão social, pois há um forte preconceito em torno de seus atores sociais.

Outro exemplo de diversidade territorial é o território dos “flanelinhas” ou “guardadores de carro”, onde também há características territoriais como a delimitação do espaço e estratégias para mantê-lo. Segundo Silva (2017) os guardadores de carros costumam delimitar seus territórios por trechos de rua. Um dos fatores que delimitam o território é o natural, como por exemplo, as sombras das árvores. Tais territórios podem causar insegurança a quem transita nos seus arredores, pois em alguns casos, alguns de seus sujeitos podem ter envolvimento com drogas ilícitas, além das violências físicas que praticam entre si pela disputa do território.

Outra tipologia é a do território do crack ou as *Cracolândias* do qual tratará o próximo capítulo. Além de trazer algumas características citadas anteriormente, pode ser concebido também como um território do medo. O território do medo, que

como o nome já explicita, é uma área, que por determinado motivo, causa sentimento de medo ou insegurança a quem ali reside ou caminha durante algum período do dia ou da noite.

As *Cracolândias* têm como principal característica a apropriação de um espaço por usuários e traficantes do crack. Entretanto, essa análise empreenderá um esforço de enxergar esse território para além do que é nítido, como por exemplo, a exclusão social. Além disso é importante compreender quem são esses atores sociais e porquê estão ali.

Para melhor compreender a tipologias dos territórios, de acordo com o exposto, observe a quadro 02 a seguir:

Quadro 02: Tipologia dos territórios sob diversos olhares.

AUTORES	OBSERVAÇÕES
Ribeiro (2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Fixos: quando não há mudança de personagens sociais ao longo do dia ou semana; - Fluxos: quando há movimentação referente a determinado horário do dia.
Haesbaert (2003)	<ul style="list-style-type: none"> - Jurídico-político: espaço delimitado e controlado pelo Estado; - Cultural: valoriza a subjetividade e a identidade sociocultural dos indivíduos; - Economicista: analisa as relações econômicas e a relação do ser humano com o trabalho.
Fernandes (2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Transterritórios: espaço de governança em diversas escalas; - Materiais: são divididos em fixos e fluxos. Podem ser espaços de governança pertencentes ao Estado, territórios privados ou relacionais; - Imateriais: conflitos no campo científico e ideológico.
Vinha (2013)	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais e imateriais; - Os dois tipos estão interligados.
Silva (2002) e Silva (2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade territorial. Ex: território da prostituição e dos guardadores de carros.

Fonte: Organizado pela autora (2018).

Assim, entende-se que as tipologias territoriais auxiliam na análise e na compreensão dos territórios. Por meio da classificação territorial é possível conhecê-los e melhor caracterizá-los.

5. A ÁREA DO TROCA-TROCA DA CIDADE DE CODÓ: território do medo?

O território do crack na cidade de Codó-MA, mais conhecido como *Cracolândia* está situado na localidade chamada *Troca-troca*. O mesmo é conhecido pela comercialização de objetos que em sua grande maioria são pirateados ou até mesmo roubados. O *Troca-troca* está localizado no centro comercial da cidade de Codó, no final da Avenida Maranhão, fazendo parte do mercado central. O local fica à beira de um córrego, conhecido como Riacho D'água Fria. A figura 01 destaca a localização do lugar.

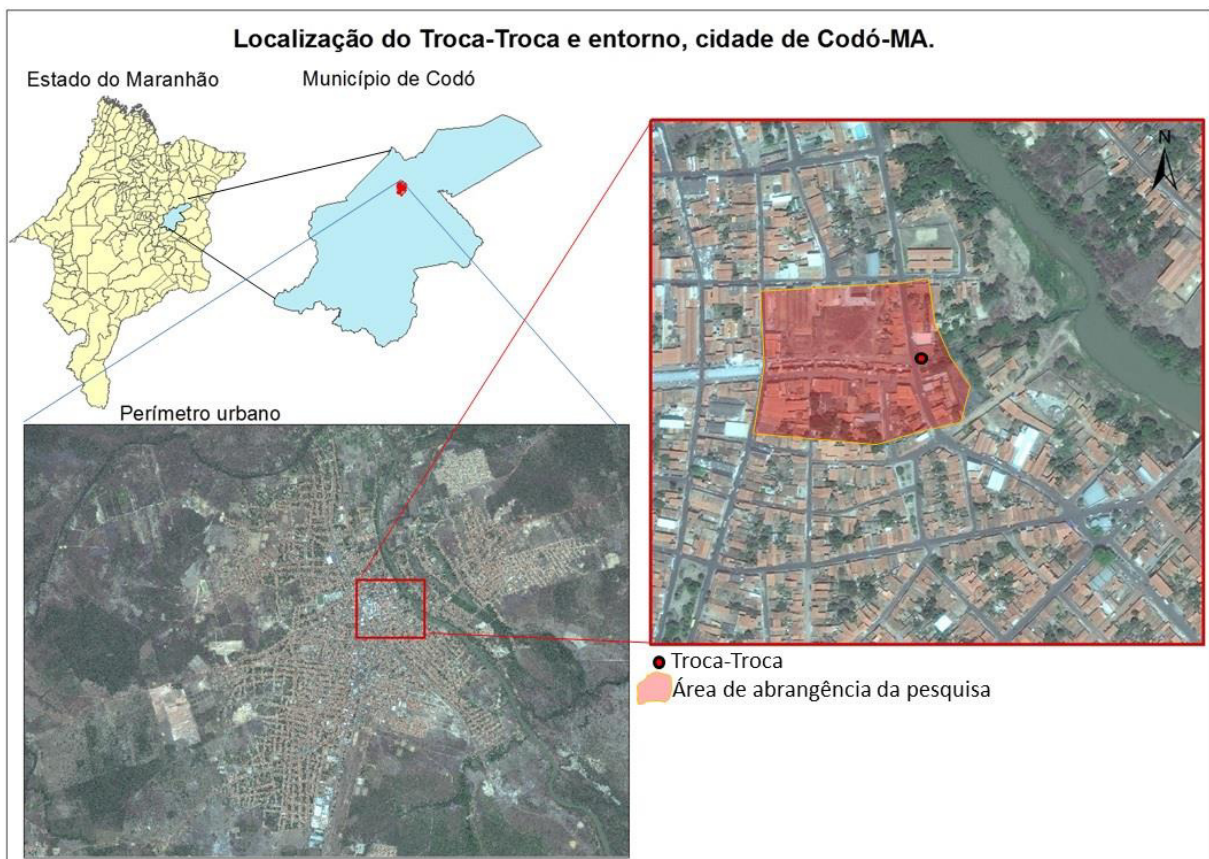


Figura 01: Localização do Troca-Troca e adjacências.

Fonte: elaborado pela autora (2018) a partir dos metadados do IBGE (2010) e Imagem de Satélite WorldView (2013).

À primeira vista o *Troca-Troca* não parece ser um local que transmite sensação de medo ou insegurança. Porém, duas realidades coexistem na região. Na figura 02 é possível notar a organização da localidade.



Figura 02: Vista da localidade do *Troca-Troca*. a) barracos onde são vendidas bebidas alcóolicas e drogas ilícitas b) vista dos comércios de vários segmentos c) vista das esquinas onde são comercializadas mercadorias pirateadas.

Fonte: Trabalho de campo 2018.

A localidade é constituída por comércios de vários segmentos e residências. Além disso, no centro deste território há comercialização de bebidas alcoólicas, de CD's e DVD's piratas. Nesse sentido é perceptível que a localidade tem um tráfego intenso de pessoas e veículos durante o dia, especialmente por motivos comerciais. E vinculado à isso há o tráfico de drogas e a circulação de seus usuários: homens e mulheres em idade juvenil e adulta.

Com base nas leituras foi possível traçar as seguintes observações: i) o território se identifica na classificação de Fernandes (2009) e Vinha (2013) como sendo material; ii) considerando Ribeiro (2002) é tido como sendo fixo, pois os indivíduos permanecem na localidade; iii) segundo Haesbaert (2003) é classificado como um território culturalmente construído, pois não é um espaço de governança estatal; e, iv) Silva (2002) e Silva (2017) retratado como diversidade territorial, pois mesmo não sendo território estatal possui uma delimitação e estratégias de manutenção por parte de seus atores sociais.

A seguir serão apresentados os elementos que ajudaram a caracterizar o território do crack na cidade de Codó-MA como território do medo. Para entender melhor a dinâmica territorial e conseqüentemente social deste território, foram entrevistados vinte indivíduos, dentre eles moradores e comerciantes da localidade e das imediações. Do total de entrevistados, oito afirmaram residir na localidade há mais de vinte anos. A tabela 01 a seguir demonstra com mais clareza o tempo de residência dos indivíduos.

Tabela 01: Características dos entrevistados conforme o tempo que reside no local ou imediações.

TEMPO DE RESIDÊNCIA		
Faixa de tempo	Quantidade de entrevistados	(%)
< 1 ano	03	15%
1 – 4 anos	04	20%
4 – 8 anos	02	10%
8 – 12 anos	00	0%
12 – 16 anos	01	5%
16 – 20 anos	02	10%
> 20 anos	08	40%
TOTAL	20	100%

Fonte: trabalho de campo 2018.

Nota-se, que 55% dos entrevistados residem há mais de 12 anos na localidade, sendo fator importante para a compreensão dos dados referentes à violência, entre outros. À título de conhecimento, participaram dessa etapa da pesquisa 11 mulheres e 09 homens com faixa etária entre 20 e 60 anos.

Quando indagados se sentem insegurança ou medo por residirem ou trabalharem naquela localidade, 40% dos entrevistados responderam “sim”, pois relataram invasões em suas residências, assaltos e ameaças vindas dos usuários de crack. Já os demais, correspondente à 60%, responderam “não”. Entretanto a negação apresenta-se justificada pelo fato de já terem se acostumado com a realidade da violência na região. Como afirma Minayo (2006), no capítulo 3, no tópico 3.2, acaba-se por encarar esses fatos como algo natural na rotina, relativizando suas conseqüências, como seus danos físicos e psicológicos.

Os assaltos e os furtos são constantes na área. Os moradores relataram que a maioria são praticados por ladrões de outros bairros, mas acreditam ter alguma relação com os usuários da localidade. Com relação a isso, treze entrevistados

afirmaram terem sido assaltados, sendo que dez deles já tiveram suas residências invadidas. Chama a atenção, o comerciante E. A., o qual teve seu estabelecimento invadido 34 vezes. Um fato curioso é que todos os entrevistados não prestaram boletim de ocorrência na delegacia da cidade, por alegarem que a polícia não intervém de forma decisiva para acabar com a problemática da violência no local.

A tabela 02 contém as respostas à pergunta de pesquisa “Você já presenciou ou ficou sabendo de alguém que tenha sido assaltado?”. Percebe-se que 75% dos entrevistados, mesmo alguns que não sofreram assaltos, presenciaram alguém sendo vítima desse tipo de violência.

Tabela 02: Resposta à pergunta “Você já presenciou ou ficou sabendo de alguém que tenha sido assaltado?”

Tipo de resposta	Total por respostas	(%)
SIM	15	75%
NÃO	05	25%
TOTAL	20	100%

Fonte: trabalho de campo 2018.

Segundo eles, as vítimas são surpreendidas até mesmo na porta de casa. Os objetos mais procurados pelos ladrões são celulares e bicicletas. As ações são realizadas tanto no período do dia, como da noite.

Apesar de no período do dia também ocorrerem assaltos, é durante a noite que os moradores afirmam ser mais perigoso. Todos os entrevistados declararam que a partir de 19:00h já não se pode mais transitar tranquilamente na região. Vale destacar o caso da senhora M. N. que já foi atacada pelos usuários duas vezes. Uma quando se direcionava à Igreja e a outra, há cerca de dez anos, quando sofreu uma tentativa de violência sexual.

Além dos assaltos os moradores afirmam já ter presenciado outros tipos de violência no *Troca-Troca*, como brigas, esfaqueamento e até mesmo morte entre os usuários de crack. Os residentes convivem com essa rotina violenta todos os dias e há muito tempo, pois conforme o grupo de entrevistados que ali reside há mais de vinte anos, a *Cracolândia* se encontra na localidade há cerca de quinze anos.

Desse modo fica claro que o território do crack influencia na vida destes indivíduos. Os comerciantes afirmam que o tráfego dos dependentes químicos durante o dia afeta diretamente o comércio local. O empresário A. M, afirmou que:

“Na parte da tarde os clientes têm medo de andar aqui na região”. O comerciante E. A., já citado, declarou que parou de vender bebidas alcoólicas porque estava lhe causando prejuízo, pois além da venda atrair os usuários, ele perdeu muitos produtos nas 34 vezes em que seu estabelecimento foi invadido durante à noite. Outra entrevistada, a moradora F. N., relatou ser muito raro os moradores permanecerem sentados nas portas de suas residências a partir de 19:00h. Todos entram e permanecem com os portões trancados. A mesma disse que se sente constrangida pelos usuários de crack. O medo é constante, em especial para os moradores.

É válido relembrar o que foi apresentado no capítulo 3, no tópico 3.1, sobre o que Bauman (2007) afirma sobre o medo. É exatamente o que ocorre na realidade do *Troca-Troca*. A autoproteção tornou-se necessária e o medo é cada dia mais alimentado, em especial por não haver mecanismos eficientes que tragam total segurança aos moradores daquela região.

Diante de tais situações, os moradores e comerciantes da localidade adotam medidas de segurança. Todos os entrevistados tomaram essa iniciativa. Dentre as medidas destacam-se os cães no quintal, as cercas elétricas, os alarmes, os vigilantes noturnos e grades de ferro nas janelas e portas (Figura 03). Com isso, os moradores afirmam ter diminuído o número de arrombamentos.



Figura 03: residências protegidas com grades de ferro para evitar os riscos de arrombamentos e assaltos.

Fonte: trabalho de campo 2018.

Há ainda o caso do empresário B. F. que já sofreu um assalto e um arrombamento em sua loja. Ele trabalha armado por alegar que a polícia não resolve a problemática da violência na região. Essa atitude confirma o que escreve Almeida (2010), citada no tópico 3.2: o desejo de realizar a justiça com as próprias mãos é um dos fatores que influenciam a violência, pois no Brasil, a legislação não é colocada em prática.

Na tabela 03 encontram-se as respostas sobre a segurança pública da área, ou seja, como os entrevistados percebem a ação da polícia na localidade.

Tabela 03: Percepção da segurança pública na localidade *Troca-Troca*.

Tipo de resposta	Total por resposta	(%)
FREQUENTE	16	80%
FRACA	04	20%
TOTAL	20	100%

Fonte: trabalho de campo 2018.

É possível notar que 80% dos indivíduos afirmam uma atividade frequente da polícia no *Troca-Troca*. Estamos diante de uma contradição? Pois, se a polícia é tão presente, como podem ocorrer tantos assaltos, arrombamentos e brigas? Os entrevistados explicam que o trabalho da polícia na região consiste apenas em fazer pequenas rondas durante o dia, mas à noite costuma diminuir a frequência.

Os entrevistados demonstram certa indignação, como aponta o comerciante E. A., que destaca: “A polícia não dá jeito!”. O entrevistado B. F. diz se sentir revoltado com a impunidade dos ladrões. A moradora A. R. conta que há pouco tempo a polícia se estabeleceu no *Troca-Troca* com um trailer, supervisionando a região por 24h. Porém o mesmo teve que ser retirado para se instalar em outra região, também considerada de alta periculosidade. A demanda da cidade é maior do que a estrutura que a segurança pública dispõe.

As polícias civil e militar foram procuradas para coleta de dados do presente trabalho, mas a busca não obteve sucesso. Além da burocracia no acesso às pessoas que dispõe as informações, a mesma não possui um sistema eficiente de armazenamento e tabulação dos crimes ocorridos na cidade. Isso demandaria tempo, o que a escrivã da delegacia civil afirmou não dispor por estar demasiadamente atarefada.

Percebeu-se então que não há um controle efetivo sobre a criminalidade naquela localidade. A polícia sabe que existe o território do crack, onde ocorrem assaltos, brigas e arrombamentos, fazem rondas, apartam alguns acontecimentos violentos, mas não há uma ação concreta para que o problema seja amenizado. Enquanto isso o clima de desordem e insegurança predomina.

Os usuários da droga trafegam durante todo o dia na região. No decorrer dos últimos 15 anos houve uma apropriação do espaço geográfico por estes indivíduos. Como afirmam Perico (2009) e Haesbaert (2007), citados no capítulo 3, no tópico 3.3, que a apropriação não requer, necessariamente, meios legais para acontecer, pois ela também se dá de modo informal, simbólico. Nesse sentido a realidade do território analisado se identifica com a apropriação simbólica do espaço.

Ao delimitarem o espaço, então, se desenvolve a territorialidade, como discutido no capítulo 3, no tópico 3.3, que é a afirmação territorial, sua manutenção e sua defesa pelos indivíduos que o constroem. As constantes brigas entre os usuários da *Cracolândia* não são apenas por simples desentendimentos quando estão sob o efeito da droga, mas sim uma demonstração dessa territorialidade, pois se há uma quebra de regra, como dívidas internas, o problema é resolvido dessa maneira.

A moradora A. R. afirma: “*Se derrubar os barracos dá confusão*”. Ela se refere aos barracos (Figura 04) onde vendem-se as bebidas e as drogas ilícitas, e que segundo ela, seria uma das maneiras de expulsá-los. Assim como o comerciante E. A. declara que a solução seria acabar com os vendedores e os compradores de crack. Ele acrescenta ainda que há uma liderança, uma senhora que organiza toda a venda das drogas, e para ele a prisão dela seria o grande fim para a *Cracolândia*. Já o comerciante P. B. afirma que a culpa está no poder público. Segundo ele: “*A polícia tenta acabar, mas não tem ajuda do governo*”.

De fato, estamos diante de um grave problema social. Muito além da revolta ou do desejo de acabar com o território do crack na cidade de Codó-MA, está o fato de os indivíduos que protagonizam esse espaço estarem à margem da sociedade, vivendo a mais profunda face da exclusão social, e precisam ser vistos como tal. Expulsá-los da localidade talvez não seja a melhor solução, pois entrevistados, como as moradoras M. P e A. R e o comerciante P.B, relataram que enquanto o

posto policial esteve presente na localidade os usuários ocuparam outro espaço, que segundo eles, localiza-se próximo à ponte que direciona à Trizidela. Logo após a saída deste posto, retornaram para o *Troca-Troca*.



Figura 04: Vista dos barracos. a) visão geral. b) vista detalhada do local que é o centro dos usuários de crack.

Fonte: Trabalho de campo 2018.

Diante do exposto neste capítulo, levando em consideração as afirmações de cada um dos entrevistados que participaram da presente pesquisa, compreende-se que o a área onde se localiza a *Cracolândia* continua representando, na atualidade, um território do medo, não só para os indivíduos que residem ou trabalham na localidade, mas para os cidadãos codoenses, que rotineiramente passam pelo lugar,

em diversos horários do dia e da noite. Território esse que aparentemente passa despercebido pelas autoridades do município, pois os mesmos, assim como uma parcela dos entrevistados, parecem ter se acostumado com a situação. Assim, a população permanece convivendo com o medo e a violência dia após dia.

6. CONCLUSÃO

Através do presente trabalho foi possível apresentar sucintamente os conceitos de medo, violência e território. Partindo do pressuposto teórico pôde-se identificar o território e classificá-lo, para a partir de então obter uma melhor compreensão do objeto de estudo. Por meio da análise da localidade *Troca-Troca* na cidade de Codó-MA se compreendeu que há uma construção do imaginário do medo pelos residentes e comerciantes do local. Porém essa construção não é concebida por simples especulações, mas sim por fatos reais de violência diária. Portanto o território se caracteriza como território de medo e de violência.

A partir das entrevistas pôde-se esclarecer a relação dos moradores com o território e as ações violentas relatadas por estes, bem como compreender a dinâmica do lugar. Cada relato contribuiu de forma significativa para essa pesquisa, de modo que suprem, em certa medida, a ausência dos dados de ocorrências policiais na região. Durante o processo foi possível compreender que os moradores e comerciantes carregam consigo a indignação de presenciar e vivenciar as situações por eles relatadas e se sentem aprisionados por não conseguirem viver e trabalhar em segurança.

Deve-se levar em consideração a importância dessa reflexão não somente no âmbito acadêmico, mas para a sociedade de modo geral. O medo e a violência são realidades naquela região, mas esse fato não significa que devem ser aceitos sem contestação ou se perpetuarem da forma como está sendo.

Desse modo, é necessário que sejam colocadas em prática políticas públicas de reinserção social para esses indivíduos, como por exemplo, o Sistema Nacional de Política Sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei 11.343/06, conhecida por Lei de Drogas, proporcionando oportunidades para que os mesmos voltem a gozar de seus direitos de cidadãos. A lei ampara não só o tratamento para os dependentes químicos, mas também práticas sociais de acesso ao lazer, ao esporte e à cultura. Além disso, é importante o reforço da segurança pública efetiva no local, para que assim moradores, comerciantes e transeuntes tenham a oportunidade de desenvolverem suas rotinas com tranquilidade.

É importante salientar que esta discussão não encontra aqui o seu desfecho final, mas há ainda outras abordagens a serem construídas. Todavia espera-se ter iniciado com o olhar acadêmico o caminho para as demais pesquisas. Uma questão a ser discutida é: quem são os indivíduos que se apropriaram desse espaço? Como chegaram e por quê estão ali? Pode-se e deve-se também aprofundar a discussão sobre as políticas públicas de combate às drogas para o município de Codó-MA.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Edipucrs. Porto Alegre. 2010.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Ed. Universidade de Brasília. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2008.
- BITENCOURT, Antonio Belamar Oliveira de. **Risco e pânico moral: uma análise sociológica do “medo do crime” na revista superinteressante (2008-2012)**. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2013.
- BRASIL. **Lei 11.343/2006**. Sistema Nacional de Política Sobre Drogas (SISNAD). www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm acesso em 09/06/18.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Prefácio. pp. 7-9. In RIBEIRO, M.A (org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Editora Ecomuseu Fluminense. Rio de Janeiro. 2002.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. (2a ed.). Graal. Rio de Janeiro. 1986.
- COSTA, Maria Helena da Silva Gil da. **O medo e o desenvolvimento humano: uma proposta de educação de adultos desde a inter-relação criatividade e motricidade humana para uma vida ‘serena, útil e corajosa’**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. pp. 197-215. In SAQUET, M.A; SPOSITO, E.S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular. São Paulo. 2009.
- FIGUEIREDO, L.C.M. Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro. pp. 53-64. In LEVISKY, D.L. (org.). **Adolescência – pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. Casa do Psicólogo, São Paulo. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**: La volonté de savoir. Vol. 1. Gallimard. Paris. 1976.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. pp. 43-71. In OLIVEIRA, M.P; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. pp. 11-24. In Boletim Gaúcho de Geografia. Vol. 29. Nº 1. Porto Alegre. 2003.

IBGE. **Base de dados georreferenciados do Maranhão**. S/D.

LEVISKY, David Léo. Prefácio: uma gota de esperança. pp. 6-12. In ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. EDIPUCRS. Porto Alegre. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 2006.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2010.

PACKTER, Lúcio. **Medo**. pp. 74-75. In Revista Filosofia. Ano VII. Nº 81. 2013.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Dialética territorial e globalização**. pp. 241-243 In. Revista formação. N. 12. V. 2. São Paulo. 2005

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo. 1993.

RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Editora Ecomuseu Fluminense. Rio de Janeiro. 2002.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. **Violência urbana**: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. Ciência e Saúde Coletiva. 9(1): 225-239. 2004.

- SANTOS, Luciana Oliveira dos. **O medo contemporâneo**: abordando suas diferentes dimensões. Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Ed. 23 (2). 2003.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. pp. 13-21. In OLIVEIRA, M.P; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007.
- SILVA, Jan Carlos. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. pp. 16-56. In. RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Editora Ecomuseu Fluminense. Rio de Janeiro. 2002.
- SILVA, Cláudia Eugênia Lopes da. **Territorialidade dos flanelinhas/guardadores de carro**: discussões sobre a apropriação do espaço público nos bairros Cidade Alta, Petrópolis e Tirol de Natal-RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte-RN. 2017.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e geografia agrária: paradigmas em questão**. pp. 27-42. In Revista Nera. Ano 16, nº. 23. Presidente Prudente. São Paulo. 2013.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Flacso Brasil. Rio de Janeiro. 2014.

Questionário de pesquisa

Questionário aplicado por:		
Endereço:		
Nome do entrevistado		
Local de nascimento		Data de nascimento ___/___/___
Se nasceu fora de Codó, veio para a cidade em que ano?		
Gênero	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
Idade	<input type="checkbox"/> Menos de 18 anos.	<input type="checkbox"/> Entre 42 e 49 anos (inclusive)
	<input type="checkbox"/> Entre 19 e 25 anos (inclusive)	<input type="checkbox"/> Entre 50 e 59 anos (inclusive)
	<input type="checkbox"/> Entre 26 e 33 anos (inclusive)	<input type="checkbox"/> 60 anos ou mais
	<input type="checkbox"/> Entre 34 e 41 anos (inclusive)	
Estado civil	<input type="checkbox"/> Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> Viúvo(a)
	<input type="checkbox"/> Casado(a)	<input type="checkbox"/> Vivo com companheira
	<input type="checkbox"/> Separado(a) / Divorciado(a)	<input type="checkbox"/> Vivo com companheiro
Escolaridade	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino superior completo
	<input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo	<input type="checkbox"/> Especialização
	<input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto	<input type="checkbox"/> Mestrado
	<input type="checkbox"/> Ensino médio completo	<input type="checkbox"/> Doutorado
	<input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto	<input type="checkbox"/> Pós-Doutorado
A quanto tempo você reside nessa localidade?		
<input type="checkbox"/> 1-4 anos	<input type="checkbox"/> 12-16 anos	
<input type="checkbox"/> 4-8 anos	<input type="checkbox"/> 16-20 anos	
<input type="checkbox"/> 8-12 anos	<input type="checkbox"/> acima de 20 anos	
Você sente algum tipo de medo por residir neste local? <input type="checkbox"/> Sim [descreva os motivos] / <input type="checkbox"/> Não / <input type="checkbox"/> Prefiro não declarar		
Você já foi assaltado alguma vez na rua ou em casa? <input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não.		
Você já presenciou ou ficou sabendo de alguém que tenha sido assaltado? <input type="checkbox"/> Sim, <input type="checkbox"/> Não.		
A cracolância está a quanto tempo nessa localidade?		
A cracolândia influencia na sua vida ou na vida dos moradores de alguma forma?		
Como você percebe a ação da polícia na localidade (vizinhança)?		